



CAPÍTULO 13

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INFÂNCIA: COMO A POLICIA MILITAR PODE REESCREVER HISTÓRIAS DE SUPERAÇÃO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6901825200813>

Dhynes Janayna Silva Martins

RESUMO: A violência doméstica representa um dos mais graves problemas de segurança e saúde pública no Brasil contemporâneo, afetando milhões de crianças e adolescentes que crescem em ambientes familiares marcados pela agressão física, psicológica e sexual. Este trabalho sugere uma análise inovadora do fenômeno/crime através da metáfora do “João Bobo”, brinquedo que sucessivamente retorna à posição vertical após ser derrubado, denotando a tendência das vítimas de violência de regressarem aos mesmos arquétipos relacionais destrutivos. A pesquisa integra teorias psicológicas consolidadas - incluindo a Teoria do Aprendizado Social de Albert Bandura, a Teoria do Apego de John Bowlby e o conceito de transmissão intergeracional da violência - com evidências empíricas sobre a eficácia de programas policiais preventivos, especialmente a Patrulha Maria da Penha e estratégias de policiamento de proximidade. Através de análise documental e revisão sistemática da literatura, o trabalho analisa dados contemporâneos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, evidenciando que díspares formas de violência contra crianças e adolescentes cresceram significativamente entre 2021 e 2022, com aumentos de 16,4% na exploração sexual, 15,3% no estupro e 14,9% no abandono de incapaz. A pesquisa revela que a Polícia Militar, quando atua através de abordagens preventivas e humanizadas, pode desempenhar papel fundamental na interrupção do ciclo intergeracional da violência, contribuindo para a redução das taxas de reincidência e feminicídios. Os resultados indicam que programas como a Patrulha Maria da Penha, implementados no Espírito Santo, como exemplo, resultaram em redução significativa das taxas de feminicídios, enquanto o atendimento personalizado e as visitas tranquilizadoras impactam diretamente e proporcionalmente na redução das

reincidências. O estudo aponta que a integração entre conhecimento psicológico e práticas policiais preventivas apresenta um modelo próspero para o enfrentamento da violência doméstica, alvitmando diretrizes específicas para formação policial, protocolos de atendimento e políticas públicas integradas que considerem tanto os aspectos psicológicos quanto os operacionais da intervenção em panoramas de violência familiar.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica; desenvolvimento infantil; transmissão intergeracional; Polícia Militar; prevenção; Patrulha Maria da Penha; policiamento proximidade.

DOMESTIC VIOLENCE AND CHILDHOOD: HOW THE MILITARY POLICE CAN REWRITE STORIES OF OVERCOMING AFFLCTION

ABSTRACT: Domestic violence represents one of the most serious public health problems in contemporary Brazil, affecting millions of children and adolescents who grow up in family environments marked by physical, psychological, and sexual aggression. This study proposes an innovative analysis of the phenomenon through the metaphor of the "Roly-Poly Toy", a toy that always returns to the vertical position after being knocked down, symbolizing the tendency of violence victims to return to the same destructive relational patterns. The research integrates established psychological theories - including Albert Bandura's Social Learning Theory, John Bowlby's Attachment Theory, and the concept of intergenerational transmission of violence - with empirical evidence on the effectiveness of preventive police programs, especially the Maria da Penha Patrol and community policing strategies. Through documentary analysis and systematic literature review, the study examines updated data from the Brazilian Public Security Forum, demonstrating that different forms of violence against children and adolescents grew significantly between 2021 and 2022, with increases of 16.4% in sexual exploitation, 15.3% in rape, and 14.9% in abandonment of dependents. The research reveals that the Military Police, when acting through preventive and humanized approaches, can play a fundamental role in interrupting the intergenerational cycle of violence, contributing to the reduction of recidivism rates and femicides. Results indicate that programs like the Maria da Penha Patrol, implemented in Espírito Santo, resulted in significant decreases in femicide rates, while personalized care and reassuring visits directly impact the reduction of recurrences. The study concludes that the integration between psychological knowledge and preventive police practices offers a promising model for addressing domestic violence, proposing specific guidelines for police training,

care protocols, and integrated public policies that consider both psychological and operational aspects of intervention in family violence contexts.

KEYWORDS: domestic violence; child development; intergenerational transmission; Military Police; prevention; Maria da Penha Patrol; community policing.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica constitui um fenômeno/crime complexo e multifacetado que permeia a sociedade brasileira desde a colonização, representando uma das mais graves violações dos direitos humanos e um desafio persistente para as políticas públicas de segurança e proteção social (ARAÚJO, 2002). Este fenômeno/crime transcende barreiras socioeconômicas, culturais e geográficas, mostrando-se em diferentes configurações e intensidades nos lares brasileiros, onde crianças e adolescentes amiúde se tornam expostos de formas diretas ou testemunhas silenciosas de atos de violência que moldam intrinsecamente seu desenvolvimento psicológico e adaptabilidade social.

Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam um cenário alarmante e em constante deterioração. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 documenta que diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos cresceram significativamente no último ano, com números que extrapolam as estatísticas anteriores à pandemia de COVID-19 (FBSP, 2023). Os registros de 2022 mostram aumentos expressivos em diversas modalidades de violência: a exploração sexual infantil cresceu 16,4%, passando de 764 casos em 2021 para 869 casos em 2022; os casos de estupro aumentaram 15,3%, saltando de 45.994 para 51.931 registros; e o abandono de incapaz apresentou crescimento de 14,9%, evoluindo de 8.397 para 9.348 casos (FBSP, 2023).

Estes dados, por si só, são alarmantes, o pior é que representam apenas a ponta do iceberg de um fenômeno/crime, caracterizado pela subnotificação crônica. Pesquisas demonstram que uma parcela expressiva dos casos de violência doméstica jamais chega ao conhecimento das autoridades competentes, continuando limitados ao ambiente familiar onde ocorrem (MINAYO, 2001). Esta realidade é significadamente preocupante quando analisamos que 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes acontecem no interior dos lares, perpetrados amiúde por pessoas próximas e de confiança das vítimas (MDH, 2021).

O impacto da violência doméstica no desenvolvimento infantil transpassa os danos físicos imediatos, desdobrando para dimensões psicológicas, cognitivas e sociais, que podem perdurar por toda a vida. Crianças expostas à violência familiar evoluem arquétipos de comportamento, cognição e relacionamento que amiúde reproduzem os ciclos de violência vivenciados em suas famílias de origem (BANDURA,

1977). Este fenômeno/crime, reconhecido como transmissão intergeracional da violência, concebe um dos aspectos mais desafiadores do problema, uma vez que perpetua modelos destrutivos através das gerações, criando uma intermitência de violência que se autoalimenta e se expande.

A metáfora do “João Bobo”, brinquedo conhecido em todo o país, que sempre retorna à posição vertical após ser derrubado, apresenta uma perspectiva diferenciada para assimilar conceitualmente este fenômeno/crime. Assim como o brinquedo que, devido à sua base arredondada e centro de gravidade baixo, constantemente retorna à mesma posição independente da força aplicada, as mulheres expostas a violência doméstica amiúde evidenciam uma disposição de retornar aos mesmos arquétipos relacionais violentos, mesmo após episódios traumáticos ou intervenções externas (WALKER, 1979). Esta “resiliência patológica” não representa uma capacidade adaptativa positiva, mas sim uma adaptação disfuncional a um ambiente prejudicial, onde a vítima potencializa mecanismos de sobrevivência que, paradoxalmente, a mantêm presa à intermitência da violência.

A relevância científica e social deste trabalho fundamenta-se em múltiplas dimensões que convergem para a necessidade urgente de abordagens inovadoras e integradas no enfrentamento da violência doméstica. Do ponto de vista científico, a literatura especializada tem demonstrado crescente interesse na compreensão dos mecanismos psicológicos que sustentam a perpetuação da violência familiar, bem como na identificação de estratégias eficazes para sua interrupção (SILVA et al, 2008). não obstante, ressalta-se um interlúdio significativo na conexão entre o conhecimento teórico produzido pela psicologia do desenvolvimento e as práticas operacionais das instituições de segurança pública, particularmente no que se refere ao papel preventivo da Polícia Militar.

A justificativa social para este estudo surge da verificação de que os custos humanos, sociais e econômicos da violência doméstica alcançam dimensões devastadoras. Estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que 40% dos homicídios mundiais de mulheres são cometidos por parceiros íntimos, sendo que no Brasil, entre 2001 e 2011, ocorreram mais de 50.000 feminicídios (IPEA, 2015). Estes números denotam não apenas a abrangência do delito, mas também sua natureza sistêmica e persistente, que demanda interferências coordenadas e baseadas em evidências científicas sólidas.

A escolha da Polícia Militar como foco de análise, por óbvio, justifica-se pelo papel central que esta instituição desempenha como primeiro ponto de contato, na maioria absoluta das vezes, entre as vítimas de violência doméstica e o sistema de proteção social. Dados do DataSenado de 2013 revelam que, entre as mulheres que já sofreram violência, 65% foram agredidas pelo parceiro, 13% por ex-companheiros e

11% por parentes consanguíneos, sendo que 40% procuraram ajuda após a primeira investida agressiva (BRASIL, 2013). Neste panorama, a eficácia da intervenção policial pode motivar não apenas a segurança imediata da vítima, mas também sua disposição para procurar ajuda e romper decisivamente com o ciclo de violência.

A inovação metodológica deste trabalho converge na conexão entre teorias psicológicas consolidadas e evidências empíricas sobre a eficácia de programas policiais preventivos. Esta interpelação interdisciplinar permite uma compreensão mais holística do fenômeno/crime da violência doméstica, considerando tanto as perspectivas individuais e relacionais quanto os institucionais e sociais envolvidos em sua perpetuação e nos mecanismos de interrupção da intermitência da violência.

O objetivo Geral é analisar o impacto da violência doméstica no desenvolvimento infantil através da metáfora do “João Bobo” e avaliar o papel da Polícia Militar na interrupção do ciclo intergeracional da violência, sugerindo um modelo coeso de intervenção fundamentado em evidências científicas e práticas preventivas eficazes.

Já os objetivos Específicos são:

1. Caracterizar o panorama contemporânea da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, identificando convergências, modelos e fatores de risco predominantes com base em dados oficiais;
2. Estudar os embasamentos teóricos da difusão intergeracional da violência através das perspectivas da Teoria do Aprendizado Social de Bandura, da Teoria do Apego de Bowlby e do conceito de cicatrizes invisíveis do trauma;
3. Potencializar e aplicar a metáfora do “João Bobo” como framework conceitual para assimilar conceitualmente as estruturas de perpetuação da violência doméstica e os desafios encarados pelas pessoas expostas a violências para romper com arquétipos destrutivos;
4. Aferir a eficácia de programas policiais preventivos, com ênfase na Patrulha Maria da Penha e estratégias de policiamento de proximidade, através da análise de indicadores quantitativos e qualitativos preventivos;
5. Detectar os fatores críticos de sucesso e as limitações dos programas policiais preventivos, propondo diretrizes para otimizar sua eficácia;
6. Recomendar um modelo conceitual interligado que articule conhecimento psicológico, práticas policiais preventivas e políticas públicas para o enfrentamento sistemático da violência doméstica.

A hipótese Basilar da pesquisa se distingue pela integração entre conhecimento psicológico sobre os mecanismos de transferência intergeracional da violência e práticas policiais humanizadas, o quê, por óbvio, pode resultar em maior

eficácia na interrupção do ciclo de violência doméstica, conforme evidenciado pela redução das taxas de reincidência e pela melhoria dos indicadores de proteção às vítimas.

Já as hipóteses secundárias são:

1. Hipótese da Resiliência Patológica: A metáfora do “João Bobo” apresenta um framework conceitual válido para assimilar conceitualmente a tendência das pessoas expostas a violência doméstica de retornarem aos mesmos modelos relacionais destrutivos, ilustrando a tenacidade da intermitência da violência mesmo após intervenções pontuais;
2. Hipótese da Eficácia Preventiva: Programas policiais preventivos, de maneira especial a Patrulha Maria da Penha, evidenciam maior eficácia na redução da violência doméstica quando comparados a abordagens exclusivamente repressivas, conforme evidenciado por indicadores de redução de feminicídios e reincidência;
3. Hipótese da Transmissão Intergeracional: As estruturas psicológicas descritas pelas teorias de Bandura e Bowlby ilustram adequadamente os arquétipos de perpetuação da violência familiar, aprovisionando base científica para o incremento de estratégias de intervenção mais eficazes;
4. Hipótese da Integração Institucional: A articulação entre Polícia Militar e rede de proteção social (Conselho Tutelar, CREAS, Delegacias Especializadas) potencializa os resultados das intervenções preventivas, criando um sistema de proteção mais pujante e eficiente.

A formulação destas hipóteses baseia-se na premissa de que a violência doméstica é um fenômeno/crime complexo que requer abordagens multidisciplinares, multifacetadas e integradas, apropriadas para atuar simultaneamente nos níveis individual, relacional, proximal e societal. A validação empírica destas hipóteses através da análise de dados secundários e evidências documentais fundará o núcleo principal desta pesquisa, colaborando para o avanço do conhecimento científico e para o aperfeiçoamento das práticas de enfrentamento à violência doméstica no panorama brasileiro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Metáfora do João Bobo: Resiliência Patológica e Perpetuação da Violência

A metáfora do “João Bobo” surge como um instrumento conceitual inovador para assimilar conceitualmente um dos aspectos mais intrigantes e desafiadores da

violência doméstica: a tendência claramente paradoxal de um grande percentual das vítimas de retornarem aos mesmos ambientes e vínculos afetivos violentos, mesmo após experiências traumáticas severas ou intervenções externas bem-intencionadas. Este fenômeno/crime, que pode ser interpretado superficialmente como uma forma de “resiliência”, revela-se, sob análise mais aprofundada, como uma acomodação patológica que perpetua ciclos destrutivos.

O João Bobo, brinquedo tradicional brasileiro também conhecido como “tentetieso” ou “boneco cambalhota”, distinguir-se por sua base arredondada e pesada que mantém seu centro de gravidade muito baixo, próximo ao solo, garantindo que sempre retorne à posição vertical independentemente da força ou direção do impulso aplicado (VASCONCELLOS, 2002). Esta característica física, que transformou o brinquedo em aparentemente “indestrutível” e “resiliente”, serve como metáfora poderosa para assimilar conceitualmente os mecanismos psicológicos que mantêm as pessoas expostas a violência doméstica presas em arquétipos relacionais destrutivos.

A aplicação desta metáfora ao panorama da violência doméstica revela dimensões psicológicas complexas que afastam explicações simplistas sobre “dependência emocional” ou “masoquismo”. Assim como o João Bobo possui uma estrutura interna que determina seu comportamento físico, as vítimas de violência abrangem estruturas psicológicas internas - tendências cognitivas, modelos emocionais e estratégias de enfrentamento - que foram moldadas por experiências repetidas de trauma e que funcionam como um “centro de gravidade psicológico” que as atrai de volta aos arquétipos familiares de relacionamento, mesmo quando estes são claramente prejudiciais (YOUNG et al, 2003).

Esta “resiliência patológica” manifesta-se através de diversos mecanismos psicológicos interconectados. Em primeiro lugar, observa-se uma tentativa de encarrar o fenômeno/crime com normalização da violência, onde exposições repetidas a comportamentos agressivos resultam em uma recalibração dos modelos de referência sobre o que constitui um relacionamento “normal” (DUTTON, 1998). Vítimas que cresceram em ambientes violentos amiúde abrangem uma tolerância aumentada à investida agressiva, interpretando níveis significativos de violência como manifestações “normais” de conflito ou até mesmo de “amor intenso”.

Em segundo lugar, identifica-se o desenvolvimento de vínculos traumáticos, fenômeno/crime apresentado pela primeira vez por Patrick Carnes e posteriormente elaborado por diversos pesquisadores (1997). Estes vínculos distinguir-se pela alternância entre períodos de abuso intenso e momentos de reconciliação ou “lua de mel”, criando um arquétipo intermitente de reforço que, paradoxalmente, fortalece a ligação emocional entre vítima e agressor. Esta dinâmica assemelha-se ao

condicionamento operante apresentado por B.F. Skinner, onde reforços intermitentes e imprevisíveis produzem comportamentos mais resistentes à extinção do que reforços constantes (1953).

O terceiro mecanismo abrange a internalização de crenças disfuncionais sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo. Vítimas crônicas de violência amiúde desenvolvem propensões cognitivos caracterizados por sentimentos de inadequação, culpa, vergonha e desamparo aprendido (SELIGMAN, 1975). Estas crenças funcionam como “profecias autorrealizáveis”, levando as pessoas expostas a violência a se comportarem de maneiras que confirmam suas expectativas negativas e as mantêm em situações de vulnerabilidade.

A metáfora do João Bobo também comprehende a dimensão temporal da violência doméstica, particularmente o conceito de “ciclo da violência” proposto por Lenore Walker (1979). Esta intermitência, conforme apresentado pela autora, comprehende três fases distintas - acúmulo de tensão, explosão violenta e reconciliação - recria uma dinâmica atemporal que espelha o movimento do brinquedo: após cada “queda” (episódio de violência), há um retorno aparentemente inevitável à posição original (reconciliação), preparando o terreno para o próximo período.

A fase de acúmulo de tensão corresponde ao momento em que forças externas começam a “inclinár”, ou seja, iniciam como se fosse feita a ação de utilizar uma força contra o brinquedo, o João Bobo, criando instabilidade crescente no sistema familiar. Durante este período, pequenos conflitos, estressores externos ou mudanças na dinâmica relacional criam uma atmosfera de tensão crescente que tanto a vítima quanto o agressor reconhecem como precursora da violência (JACOBSON, 1998).

A fase de explosão violenta, representa o momento em que o “João Bobo” é completamente derrubado, ou seja, o momento em que sofre uma ação intensa, que inclina rapidamente o brinquedo, correspondendo ao episódio agudo de agressão física, psicológica ou sexual. Esta fase, conquanto amiúde a mais visível e traumática, é paradoxalmente a mais breve do ciclo, durando tipicamente de minutos a horas (CAMPBEL, 2002)

A fase de reconciliação, conhecida na doutrina, como fase de “lua de mel”, corresponde ao retorno do João Bobo à posição vertical, inerte. Durante este período, o agressor amiúde evidencia arrependimento, faz promessas de mudança e pode até mesmo buscar ajuda profissional. A vítima, por sua vez, experimenta alívio pela cessação da violência e pode interpretar este comportamento como evidência de que o relacionamento pode ser “consertado” (DUTTON E PAINTER, 1981).

A inteligência da metáfora consiste na sua capacidade de explicar, de forma simplificada, o motivo de que intervenções externas, paliativas, bem-intencionadas

amiúde falham em romper a intermitência da violência. Assim como, aplicar força externa ao João Bobo pode temporariamente alterar sua posição, mas não modifica sua estrutura interna, intervenções que focam apenas nos aspectos externos da violência - como separação física temporária, ordens de restrição ou punição do agressor - podem proporcionar alívio momentâneo, mas não alteram os modelos psicológicos profundos que sustentam o ciclo de violência.

Teorias Psicológicas do Desenvolvimento e Violência

Teoria do Aprendizado Social de Albert Bandura

A Teoria do Aprendizado Social, desenvolvida por Albert Bandura na década de 1960, apresenta um framework teórico fundamental para assimilar conceitualmente como arquétipos de violência são transmitidos através das gerações, pela repetição de experiências passadas, e perpetuados dentro dos sistemas familiares (BANDURA, 1986). Esta teoria revolucionou o entendimento dos processos de aprendizagem ao corroborar que os seres humanos não aprendem apenas através de experiências diretas de reforço e punição, mas também, e talvez principalmente, por meio da observação e imitação de modelos comportamentais presentes em seu ambiente social.

O experimento clássico do “Boneco Bobo” conduzido por Bandura (1961) demonstrou de forma inequívoca que crianças expostas a modelos adultos agressivos subsequentemente exibiam níveis significativamente maiores de comportamento agressivo quando comparadas a crianças do grupo controle. Mais relevante ainda para o panorama da violência doméstica, a pesquisa mostrou que as crianças não apenas imitavam os comportamentos agressivos particulares observados, mas também generalizavam estes modelos para novas situações e alvos, demonstrando que a aprendizagem observational pode resultar em mudanças comportamentais duradouras e transferíveis.

A aplicação da Teoria do Aprendizado Social ao panorama da violência doméstica revela quatro processos cognitivos fundamentais que mediam a aprendizagem de arquétipos violentos: atenção, retenção, reprodução motora e motivação (BANDURA, 1978). O processo de atenção determina quais aspectos do comportamento modelado são observados e codificados pela criança, ou seja, ocorre como um programador inserindo códigos fontes no emulador para criar um programa executável. Em ambientes familiares violentos, episódios de investida agressiva amiúde capturam a atenção das crianças devido à sua intensidade emocional, novidade e consequências significativas para a dinâmica familiar.

O processo de retenção abrange a codificação simbólica e o armazenamento na memória dos comportamentos observados. Crianças expostas à violência doméstica abrangem representações mentais detalhadas não apenas dos atos violentos em si, mas também dos panoramas, justificativas e consequências associadas a estes comportamentos (HUESMANN, 1988). Estas representações mentais funcionam como “scripts” comportamentais, também denominados gatilhos mentais, que podem ser ativados em situações futuras percebidas como similares.

A reprodução motora refere-se à capacidade da criança, e posteriormente adulto, de executar fisicamente os comportamentos observados, ou que foram programados no entendimento da Teoria do Aprendizado Social. Conquanto crianças pequenas possam não possuir a força física necessária para reproduzir exatamente os comportamentos violentos observados em adultos, elas amiúde adaptam estes comportamentos às suas capacidades e panoramas, manifestando agressividade através de comportamentos apropriados à sua idade e situação (PATTERSON et al, 1984).

O processo de motivação, ou comando reconhecidos, determina se os comportamentos aprendidos serão efetivamente executados. Bandura identificou três tipos principais de reforço que podem motivar a reprodução de comportamentos violentos: reforço direto (quando a agressão resulta em consequências positivas para a criança), reforço vicário (quando a criança observa que a investida agressiva resulta em consequências positivas para o modelo) e autorregulação (quando a criança desenvolve modelos internos que valorizam ou justificam o comportamento agressivo) (BANDURA, 1990).

A teoria de Bandura também introduz o conceito crucial de “desengajamento moral”, processo através do qual indivíduos suspendem temporariamente seus arquétipos morais internos para justificar comportamentos que normalmente considerariam inaceitáveis (BANDURA, 1999). Este mecanismo é particularmente relevante no panorama da violência doméstica, onde agressores amiúde empregam estratégias cognitivas para minimizar, ou anestesiar seus conceitos morais, para justificar ou racionalizar seus comportamentos violentos.

A pesquisadora Bandura (2016) identificou oito mecanismos específicos de desengajamento moral que são amiúde observados em panoramas de violência doméstica: justificação moral (apresentar a violência como servindo a um propósito moral superior), comparação vantajosa (minimizar a violência comparando-a a atos mais graves), linguagem eufemística (usar termos menos carregados para descrever atos violentos), deslocamento de responsabilidade (atribuir a responsabilidade pela violência a fatores externos), difusão de responsabilidade (diluir a responsabilidade entre múltiplos atores), distorção de consequências (minimizar ou negar os danos

causados), desumanização (perceber as vítimas como menos humanas) e atribuição de culpa (responsabilizar as pessoas expostas a violência pela agressão sofrida).

A relevância da Teoria do Aprendizado Social para assimilar conceitualmente a transferência intergeracional da violência é amplificada quando consideramos que crianças expostas à violência doméstica não apenas observam comportamentos agressivos, mas também testemunham os processos de desengajamento moral empregados pelos agressores. Esta exposição dupla, aos comportamentos violentos e às justificativas cognitivas que os sustentam, podem desenvolver mecanismos que iriam recriar um sistema de aprendizagem particularmente poderoso e resistente à mudança.

Pesquisas longitudinais têm consistentemente demonstrado que crianças expostas à violência doméstica apresentam maior propensão de se tornarem vítimas ou perpetradores de violência em seus vínculos afetivos adultos (WIDOM, 1989). Um estudo conduzido por Ehrensaft et al. (2003) acompanhou 543 crianças, desde crianças até a idade adulta, por um período de 20 anos e encontrou que a exposição à violência doméstica na infância aumentava expressivamente o risco de perpetração de violência conjugal na idade adulta, mesmo após controlar para outros fatores de risco.

Teoria do Apego de John Bowlby

A Teoria do Apego, desenvolvida por John Bowlby nas décadas de 1960 e 1970, apresenta uma perspectiva adicional e basilar para assimilar conceitualmente como experiências precoces de violência e negligência moldam os arquétipos relacionais ao longo da vida. Esta teoria reforça que os seres humanos possuem uma necessidade biológica inata de formar vínculos emocionais com seus cuidadores primários, e que a qualidade destes vínculos iniciais constitui “modelos internos de funcionamento” que influenciam intrinsecamente as expectativas, comportamentos e estratégias relacionais em panoramas futuros.

Bowlby identificou quatro arquétipos principais de apego que vêm a tonar da interação entre as necessidades inatas da criança por segurança e proximidade e a responsividade dos cuidadores a estas necessidades: apego seguro, apego inseguro/evitativo, apego inseguro-ambivalente e apego desorganizado (AINSWORTH et al., 1978). Cada um destes modelos espelha estratégias adaptativas aprimoradas pela criança para maximizar a proximidade e proteção do cuidador dentro das limitações impostas pelo ambiente relacional em que estiver inserido.

O apego seguro potencializa-se quando os cuidadores são consistentemente responsivos, sensíveis e disponíveis para atender às necessidades da criança. Crianças com apego seguro evoluem modelos internos de funcionamento caracterizados

por uma visão positiva de si mesmas como dignas de amor e cuidado, e uma visão positiva dos outros como confiáveis e disponíveis (Bowlby, 1988). Facilitando o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis caracterizados por intimidade, confiança e comunicação eficaz.

O apego inseguro/evitativo vem à tona quando os cuidadores são consistentemente rejeitadores ou emocionalmente indisponíveis. Crianças neste panorama aprendem que expressar necessidades de proximidade e cuidado resulta em rejeição ou punição, potencializando estratégias de autorregulação que minimizam a expressão de vulnerabilidade e maximizam a autossuficiência (MAIN E SOLOMOM, 1986). Conquanto estas estratégias possam ser adaptativas no panorama familiar original, elas amiúde resultam em resistências para formar vínculos afetivos íntimos na idade adulta.

O apego inseguro-ambivalente potencializa-se pelo motivo de uma rotina imposta pelos cuidadores que demonstram inconsistentemente responsivos, alternando entre períodos de disponibilidade emocional e indisponibilidade ou rejeição. Esta inconsistência cria um estado de hipervigilância na criança, que potencializa estratégias de maximização da proximidade caracterizadas por comportamentos de protesto intenso, ansiedade de separação e resistência para se autorregular emocionalmente (CASSIDY E BERLIN, 1994).

O arquétipo de apego desorganizado, identificado posteriormente por Mary Main e Judith Solomon (1986), é particularmente proeminente para assimilar conceitualmente os efeitos da violência doméstica no desenvolvimento infantil. Este arquétipo vem à tona quando os cuidadores são simultaneamente fonte de conforto e fonte de medo para a criança, criando um paradoxo irresolvível onde a figura de apego é também a fonte de trauma. Crianças com apego desorganizado amiúde exibem comportamentos contraditórios, estratégias de enfrentamento inconsistentes e resistências significativas na regulação emocional.

A relevância da Teoria do Apego para assimilar conceitualmente a violência doméstica denota-se evidente quando consideramos que ambientes familiares violentos impõe condições que sistematicamente comprometem o desenvolvimento de apego seguro. Cuidadores que perpetram ou são vítimas de violência doméstica amiúde apresentam limitações significativas em sua capacidade de fornecer cuidado consistente, sensível e responsável (GEORGE E SOLOMON, 1996).

Pesquisas têm corroborado que crianças expostas à violência doméstica exibem taxas significativamente elevadas de apego inseguro, particularmente apego desorganizado (LYONS-RUTH E JACOBVITZ, 1994). Um trabalho conduzido por Zeanah et al. (1999) encontrou que 82% das crianças expostas à violência doméstica exibiam modelos de apego desorganizado, comparado a apenas 15% das crianças do grupo controle.

Os modelos de funcionalidade interna desenvolvidos por crianças expostas à violência doméstica amiúde incluem expectativas de que relacionamentos íntimos são inherentemente perigosos, imprevisíveis e caracterizados por alternâncias entre intimidade e agressão (ZEANAH E BENOIT, 1999). Estas expectativas funcionam como “profecias autorrealizáveis”, influenciando a seleção de parceiros, interpretação de comportamentos relacionais e estratégias de enfrentamento de conflitos de maneiras que por vezes reproduzem os arquétipos violentos experienciados na infância.

A teoria do apego também apresenta insights valiosos sobre os mecanismos através dos quais a violência doméstica é transmitida intergeracionalmente. Adultos com histórias de apego inseguro ou desorganizado amiúde experimentam resistências significativas em formar vínculos afetivos estáveis e satisfatórios, apresentando maior vulnerabilidade tanto para se tornarem vítimas quanto perpetradores de violência conjugal (HAZAN E SHAVER, 1987).

Ciclo Intergeracional da Violência

O conceito representa uma contribuição significativa da pesquisa psicológica para a compreensão da perpetuação de arquétipos familiares destrutivos através das gerações (KAUFMAN, 1987). Este fenômeno/crime, documentado extensivamente na literatura científica internacional, refere-se à tendência estatisticamente significativa de indivíduos que experienciaram violência na infância de se tornarem vítimas ou perpetradores de violência em seus relacionamentos adultos.

A transferência intergeracional da violência opera por meio de múltiplos mecanismos internos interconectados que abrangem dimensões biológicas, psicológicas e sociais do desenvolvimento humano. Do ponto de vista biológico, pesquisas em neurociência têm demonstrado que exposição crônica ao trauma na infância resulta em alterações estruturais e funcionais em regiões cerebrais críticas para a regulação emocional, processamento de ameaças e tomada de decisões (TEICHER, 2003).

Pesquisas empregando neuroimagem têm identificado alterações no volume e atividade do hipocampo, amígdala e córtex pré-frontal em indivíduos com histórias de trauma infantil (BREMNER et al, 2003). Estas alterações neurobiológicas podem resultar em hipervigilância crônica, resistências na regulação emocional, podendo gerar um processamento distorcido de sinais sociais e maior propensão à agressividade reativa/interativa, criando vulnerabilidades neurobiológicas que aumentam o risco de envolvimento em vínculos afetivos violentos.

Do ponto de vista psicológico, a transmissão intergeracional da violência é mediada pelos processos de aprendizagem/interação social e formação de apego apresentados anteriormente, bem como pelo desenvolvimento de propensões

cognitivos disfuncionais sobre si mesmo, sobre os outros e sobre a natureza dos relacionamentos íntimos (BECK, 1976). Crianças expostas à violência doméstica amiúde evoluem crenças centrais de que são inadequadas ou merecedoras de maus-tratos, que os outros são fundamentalmente não confiáveis ou perigosos, e que vínculos afetivos íntimos são inherentemente caracterizados por conflito e investida agressiva.

Estas propensões cognitivas, uma vez estabelecidos, tendem a ser autopermanentes através de processos de assimilação seletiva de informações, interpretação enviesada de eventos relacionais e comportamentos que confirmam as expectativas negativas (CLARK E BECK, 2010). Por exemplo, um indivíduo com propensões cognitivos de inadequação e desconfiança pode interpretar comportamentos neutros ou até mesmo positivos de parceiros como evidência de rejeição iminente, respondendo com comportamentos defensivos ou agressivos que efetivamente criam o conflito que esperavam evitar, assim, se afastando da empatia, que é a forma mais saudável de interpretar os eventos.

A dimensão social da transferência intergeracional da violência abrange fatores como isolamento social, normalização da violência dentro de redes sociais específicas, limitações socioeconômicas que restringem opções de saída de relacionamentos violentos, e exposição a modelos relacionais disfuncionais em múltiplos panoramas sociais (BRONFENBRENNER, 1979).

Pesquisas longitudinais têm fornecido evidências consistentes para a existência da transmissão intergeracional da violência. O trabalho clássico de Widom (1989), que acompanhou 908 crianças expostas a violência de abuso por um período de 20 anos, encontrou que indivíduos com histórias de abuso infantil apresentavam probabilidade 38% maior de serem presos por crimes violentos na idade adulta. Estudos subsequentes têm replicado e refinado estes achados, demonstrando que a transferência intergeracional da violência é um fenômeno, que se torna um crime, robusto que persiste mesmo após controlar para fatores socioeconômicos, características familiares aliada a outras variáveis.

No entanto, é capital distinguir que a transmissão intergeracional da violência não é um processo determinístico. Pesquisas indicam que aproximadamente 30% dos indivíduos que experienciaram abuso na infância se tornam abusivos com seus próprios filhos, sugerindo que 70% conseguem romper o ciclo de violência (OLIVER, 1993). Esta comprovação tem incitado pesquisas sobre fatores de proteção e resiliência que podem abrandar os efeitos da exposição precoce à violência.

Fatores de proteção identificados abarcam desenvolvimento de relacionamentos, afetivos ou não, seguros com adultos não abusivos, acesso a suporte social e recursos de proximidades, desenvolvimento de habilidades de enfrentamento adaptativas e empáticas, acesso a tratamento psicológico especializado, e características individuais como inteligência emocional e capacidade de mentalização (RUTTER, 1985).

Teoria das Cicatrizes Invisíveis

Esta teoria vem à tona como um framework conceitual complementar que enfatiza os impactos duradouros e frequentemente imperceptíveis do trauma psicológico no desenvolvimento da personalidade, arquétipos relacionais e funcionamento psicosocial geral (VAN DER KOLK, 2014). Esta perspectiva teórica nos faz entender que, enquanto feridas físicas cicatrizam e se tornam visíveis como lembretes tangíveis de traumas passados, os danos ou “cicatrizes” psicológicas, resultantes da exposição à violência, amiúde permanecem ocultos no interior dos indivíduos, mas exercem influência intensa e constante sobre o funcionamento psicológico do indivíduo.

As “cicatrizes invisíveis”, quase imperceptíveis, aparecem por intermédio de alterações sutis, mas significativas, nos processos cognitivos, emocionais e comportamentais que moldam a forma como os indivíduos percebem, interpretam e respondem ao mundo ao seu redor (HERMAN, 1992). Estas alterações amiúde operam abaixo do limiar da consciência ou no subconsciente influenciando automaticamente as reações emocionais, escolhas relacionais e estratégias de enfrentamento de maneiras que podem perpetuar modelos de vitimização ou agressão.

Um dos aspectos expressivos das cicatrizes invisíveis é sua capacidade de perceber de forma distorcida a realidade interpessoal. Indivíduos com histórias de trauma amiúde evoluem “filtros perceptuais” que os predispõem enviesadamente a interpretar situações ambíguas como ameaçadoras, comportamentos neutros como hostis, e gestos de cuidado como manipulativos (DODGE, 1995). Esta hipervigilância defensiva, quanto possa ter sido adaptativa no panorama traumático original, amiúde interfere com a capacidade de formar e manter vínculos afetivos saudáveis em panoramas seguros.

O conceito das “cicatrizes invisíveis” é particularmente relevante para assimilar conceitualmente o porquê pessoas expostas a violência doméstica amiúde experimentam resistências em reconhecer e responder adequadamente a sinais precoces de violência em novos relacionamentos. As cicatrizes invisíveis podem criar “pontos cegos” perceptuais que impedem o reconhecimento de modelos sutis de controle, manipulação ou investida agressiva, ou podem resultar em normalização de comportamentos que indivíduos sem histórias de trauma reconheceriam imediatamente como problemáticos (CLOITRE, 2011).

O Papel das Instituições de Segurança Pública

A evolução do papel das instituições de segurança pública no enfrentamento da violência doméstica representa uma transformação paradigmática fundamental

na compreensão das funções policiais na sociedade contemporânea [55]. Tradicionalmente concebidas como organizações primariamente reativas e repressivas, focadas na aplicação da lei e punição de transgressores após a ocorrência de crimes, as polícias militares brasileiras, têm gradualmente reconhecido sua verdadeira função constitucional, e a necessidade de potencializar capacidades preventivas e proativas, particularmente no panorama da violência doméstica e familiar.

Esta transformação reflete uma compreensão crescente de que a violência doméstica não pode ser efetivamente combatida exclusivamente através de abordagens punitivas tradicionais. A natureza cílica, privada e emocionalmente complexa da violência familiar demanda estratégias de intervenção que transcendem o modelo clássico de policiamento, incorporando elementos de trabalho social, psicologia aplicada e mediação de conflitos (SHERMAN E BERK, 1984).

Nesse contexto, devemos entender o conceito fundamental que “O foco do Policiamento de Proximidade não é a atividade repressiva em si, ou seja, efetuar a prisão de criminosos, mas sim realizar as ações de polícia com foco na prevenção. Na medida em que a atividade preventiva é bem executada, as prisões irão ocorrer naturalmente. As ações de polícia com foco na atividade preventiva são definidas como prevenção qualificada” (SOUZA, 2024).

No panorama brasileiro, a implementação de estratégias de policiamento proximidade tem enfrentado desafios únicos relacionados à cultura organizacional tradicional das polícias militares, bem como às expectativas sociais de que a polícia deve focar primariamente na repressão ao crime (MUNIZ E PROENÇA, 1996). No entanto, experiências pioneiras em diversos estados brasileiros têm demonstrado que a adaptação dos princípios do policiamento proximidade ao panorama nacional pode resultar em melhorias significativas tanto na eficácia do combate à violência doméstica quanto na qualidade do relacionamento entre polícia e comunidade.

A Patrulha Maria da Penha conta com policiamento ostensivo e preventivo de atendimento qualificado para as ocorrências de violência doméstica contra a mulher. Realiza atendimento policial militar de natureza preventiva a essas mulheres, especialmente por meio de visitas comunitárias e solidárias. Também promove reuniões sistemáticas com órgãos da Segurança Pública e demais órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos com a política pública de coibição à violência doméstica e familiar contra a mulher (OLIVEIRA et al, 2023). Este programa, implementado em diversos outros estados brasileiros, baseia-se na premissa de que o acompanhamento sistemático e humanizado de mulheres em situação de violência pode prevenir a escalada da investida agressiva e reduzir significativamente as taxas de reincidência e feminicídio.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

Este estudo foi elaborado em uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, utilizando abordagem documental e bibliográfica para examinar o fenômeno/crime da violência doméstica e o papel da Polícia Militar em sua prevenção (GIL, 2008). A pesquisa adota um delineamento descritivo-analítico, buscando não apenas caracterizar o panorama atual da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, mas também analisar criticamente os mecanismos psicológicos subjacentes à perpetuação deste fenômeno/crime e avaliar a eficácia de intervenções policiais preventivas.

A escolha por uma interpelação mista justifica-se pela natureza complexa e multifacetada do objeto da pesquisa, que demanda tanto a análise quantitativa de indicadores estatísticos para dimensionar a magnitude do problema, quanto a análise qualitativa de processos psicológicos e sociais para assimilar conceitualmente os mecanismos causais envolvidos na transmissão intergeracional da violência (creswell, 2014)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama da Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil

A análise dos dados mais recentes sobre violência contra crianças e adolescentes no Brasil revela um cenário deveras preocupantes, demandando atenção urgente de pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de segurança pública. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 documentam não apenas a magnitude do problema, mas também sua tendência de crescimento preocupante, com aumentos significativos em praticamente todas as modalidades de violência analisadas (FSPB, 2023).

Tipo de Violência	2021	2022	Variação Absoluta	Variação (%)
Abandono de incapaz	8.397	9.348	+951	+14,9%
Abandono material	876	978	+102	+1,8%
Maus-tratos	19.799	22.527	+2.728	+13,8%
Lesão corporal em VD	14.856	15.330	+474	+3,5%
Estupro	45.994	51.931	+5.937	+15,3%
Pornografia infanto-juvenil	1.523	1.830	+307	+7,0%
Exploração sexual	764	869	+105	+16,4%

Tabela 1: Evolução dos Registros de Violência contra Crianças e Adolescentes (0-17 anos) - Brasil, 2021-2022

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anuário 2023.

Os dados apresentados na Tabela 1 revelam aumentos preocupantes em todas as modalidades de violência analisadas, com destaque para os crimes de natureza sexual, que apresentaram os maiores percentuais de crescimento. A exploração sexual infantil registrou o maior aumento relativo (16,4%), seguida pelo estupro (15,3%) e pelo abandono de incapaz (14,9%). Estes números são particularmente preocupantes quando consideramos que representam apenas os casos que chegaram ao conhecimento das autoridades, constituindo provavelmente uma pequena parcela da significativa e real magnitude do problema.

A análise da distribuição etária das pessoas expostas a violência revela modelos específicos que iluminam aspectos importantes da dinâmica da violência doméstica. Os dados mostram que crianças na faixa etária de 0 a 6 anos apresentam taxas particularmente elevadas de abandono e maus-tratos, refletindo sua vulnerabilidade extrema e dependência total dos cuidadores (FSPB, 2023).

Por outro lado, adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos apresentam taxas desproporcionalmente elevadas de violência sexual, incluindo estupro e exploração sexual. Esta distribuição etária reflete não apenas questões relacionadas ao desenvolvimento físico e sexual, mas também dinâmicas de poder e controle que caracterizam muitos aspectos de abuso sexual (PUNTAM, 2003).

A análise temporal dos dados revela que o crescimento da violência contra crianças e adolescentes não pode ser atribuído exclusivamente aos efeitos da pandemia de COVID-19, conquanto este fator tenha certamente contribuído para a exacerbação do problema. Os dados mostram que as tendências de crescimento já eram observáveis antes de 2020, sugerindo a existência de fatores estruturais mais profundos que contribuem para a perpetuação e intensificação da violência doméstica (LEVANDOWSKI, 2021).

Mecanismos Psicológicos da Transmissão da Violência

A análise da literatura científica sobre os mecanismos psicológicos envolvidos na transmissão intergeracional da violência confirma a relevância e aplicabilidade das teorias de Bandura e Bowlby para assimilar conceitualmente a perpetuação de arquétipos violentos no panorama familiar brasileiro. As evidências empíricas demonstram que os processos de aprendizagem social e formação de apego operam de maneira consistente com as previsões teóricas, criando vulnerabilidades psicológicas que aumentam significativamente o risco de envolvimento em vínculos afetivos violentos na idade adulta.

Uma pesquisa longitudinal brasileira conduzida por Tondowski et al. (2014) examinou modelos intergeracionais de violência familiar em 120 famílias atendidas por serviços de saúde mental, utilizando genomas para mapear histórias familiares

de violência ao longo de três gerações. Os resultados revelaram que 78% das famílias com histórias de violência doméstica apresentavam arquétipos de transferência intergeracional, com filhos de pais violentos apresentando probabilidade 4,2 vezes maior de se tornarem perpetradores de violência em seus próprios vínculos afetivos.

Particularmente proeminente para a compreensão da metáfora do “João Bobo” são os estudos relacionados aos arquétipos de retorno a relacionamentos violentos. O estudo de Razera, Cenci e Falcke (2014) sobre violência doméstica e transgeracionalidade que documentou que mulheres com histórias de exposição à violência na infância apresentavam uma tendência significativamente maior de permanecer em vínculos afetivos violentos ou de estabelecer múltiplos relacionamentos caracterizados por modelos similares de agressão.

Esta tendência de “retorno” aos arquétipos violentos pode ser compreendida através dos conceitos de propensões cognitivos disfuncionais e modelos internos de funcionamento. Mulheres que cresceram em ambientes violentos amiúde evoluem expectativas implícitas de que vínculos afetivos íntimos são naturalmente caracterizados por alternâncias entre intimidade afetiva e investida agressiva, interpretando a ausência de conflito como indicador de falta de paixão ou comprometimento (ROSA E FALCKE, 2014).

A Metáfora do João Bobo na Prática

A aplicação prática da metáfora do “João Bobo” encontra validação empírica em múltiplos trabalhos que documentam a tendência das pessoas expostas a violência doméstica de retornarem aos mesmos modelos relacionais, mesmo após interferências bem-intencionadas. Esta tendência, que pode, à primeira vista, parecer paradoxal ou irracional para observadores externos, revela-se compreensível quando analisada através da lente dos mecanismos psicológicos apresentados anteriormente.

Um exemplo ilustrativo desta dinâmica pode ser encontrado no estudo de caso apresentado por Silva et al. (2019), que monitorou 45 mulheres atendidas por um programa de proteção à violência doméstica por um período de dois anos. Os resultados mostraram que 67% das participantes retornaram aos vínculos afetivos violentos pelo menos uma vez durante o período de acompanhamento, sendo que 23% retornaram múltiplas vezes.

A análise qualitativa das entrevistas apresentou dados representativos de que as decisões de retorno não eram motivadas por “masoquismo” ou “dependência emocional”, como amiúde interpretado por alguns profissionais e familiares, mas sim por uma combinação complexa de fatores psicológicos, econômicos e sociais. As participantes relataram que, após períodos de separação, repetidas vezes

experimentavam ansiedade intensa, sentimentos de incompletude e resistências para imaginar um futuro diferente do arquétipo relacional conhecido (SILVA et al, 2019).

Esta dinâmica representa com muita semelhança o comportamento do João Bobo: assim como o brinquedo possui uma estrutura interna que o compelle a retornar à posição vertical independentemente da força aplicada, as vítimas de violência evoluem estruturas psicológicas internas que as atraem de volta aos arquétipos relacionais familiares, mesmo quando estes são claramente prejudiciais.

Programas Policiais Preventivos: Evidências de Eficácia

Patrulha Maria da Penha

A análise das evidências sobre a eficácia da Patrulha Maria da Penha revela resultados positivos em diferentes panoramas de implementação, demonstrando que abordagens policiais preventivas, capacitadas, qualificadas e humanizadas podem efetivamente contribuir para a redução da violência doméstica e a proteção de vítimas.

Uma pesquisa abrangente sobre a eficácia do programa foi feita por Marone, Saar e Rizzo (2021) no município de Cariacica, Espírito Santo, analisando dados de implementação do programa entre 2018 e 2019. Os resultados demonstraram impactos significativos em múltiplos indicadores:

- Redução de Feminicídios: Após a implementação da Patrulha Maria da Penha no estado do Espírito Santo, observou-se uma diminuição expressiva nas taxas de feminicídios.
- Diminuição da Reincidência: O acompanhamento sistemático das mulheres atendidas pelo programa mostrou que as visitas tranquilizadoras e a fiscalização das medidas protetivas de urgência impactaram diretamente na diminuição das reincidências de violência. O estudo documentou uma redução de 34% nas ocorrências de violência doméstica entre as mulheres acompanhadas pelo programa, comparado ao período anterior à implementação.
- Melhoria na Qualidade do Atendimento: A pesquisa também documentou melhorias qualitativas significativas no atendimento às vítimas, com 89% das mulheres entrevistadas relatando satisfação com o atendimento recebido e 76% afirmando que se sentiam mais seguras após o início do acompanhamento.

Dados complementares do estado do Rio de Janeiro corroboram estes achados. Relatórios da Secretaria de Estado de Polícia Militar indicam que a Patrulha Maria da Penha completou cinco anos de operação com mais de 264 mil atendimentos realizados, registrando crescimento de 23,43% no número de mulheres atendidas em comparação com o período anterior (SESP/RJ, 2024).

Policimento Proximidade

A análise da literatura sobre policiamento proximidade no panorama da violência doméstica revela evidências promissoras, conquanto ainda limitadas, sobre a eficácia desta abordagem. O estudo de Xavier (2020) sobre a implementação de programas de policiamento proximidade no estado da Bahia documentou reduções significativas nos índices de violência doméstica em áreas cobertas pelos programas.

Os resultados demonstraram que bairros com implementação de policiamento proximidade apresentaram redução média de 28% nos registros de violência doméstica ao longo de um período de 18 meses, comparado a áreas controle sem cobertura do programa. Mais importante ainda, a análise mostrou que os efeitos positivos se mantiveram estáveis mesmo após o término formal dos programas, sugerindo que as mediações produziram mudanças perenes na dinâmica comunitária.

Integração Teoria-Prática: Modelo Conceitual

Analisando as evidências teóricas e empíricas apresentadas, sugere-se um modelo conceitual integrado para assimilar conceitualmente e intervir no fenômeno/ crime da violência doméstica. Este modelo, denominado “Modelo de Intervenção Integrada para Interrupção do Ciclo de Violência” (MIIKV), articula os insights teóricos das teorias psicológicas com as evidências práticas sobre a eficácia de programas policiais preventivos.

Componentes do Modelo:

1.Identificação Precoce: Utilização de indicadores de risco baseados nas teorias de apego e aprendizagem social para identificar crianças e famílias em situação de vulnerabilidade.

2.Intervenção Preventiva: Implementação de programas de policiamento proximidade, efetuando treinamento ao efetiva para estar focados na prevenção primária da violência por intermédio do fortalecimento de vínculos proximidades e identificação precoce de situações de risco.

3.Atendimento Especializado: Desenvolvimento de protocolos de atendimento que considerem os aspectos psicológicos da “resiliência patológica” e os desafios específicos enfrentados pelas pessoas expostas a violência para romper com modelos violentos.

4.Acompanhamento Sistemático: Implementação de programas e capacitação continuado do efetivo para atuar como a Patrulha Maria da Penha para fornecer suporte continuado às vítimas e monitoramento da eficácia das medidas protetivas.

5.Integração Interinstitucional: Articulação entre Polícia Militar, sistema de justiça, serviços de saúde mental e organizações da sociedade civil para criar uma rede de proteção abrangente e coordenada.

IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Implicações Teóricas

Este trabalho apresenta contribuições significativas para o avanço do conhecimento teórico sobre violência doméstica e transferência intergeracional da violência. A metáfora do “João Bobo” vem à tona como uma ferramenta conceitual inovadora que enriquece a compreensão dos mecanismos psicológicos que sustentam a perpetuação de arquétipos violentos, apresentando uma perspectiva complementar às teorias estabelecidas de Bandura e Bowlby.

A validação empírica da aplicabilidade destas teorias ao panorama brasileiro confirma sua relevância transcultural e reforça a importância de abordagens teóricas integradas para assimilar conceitualmente fenômeno/crimes complexos como a violência doméstica. Particularmente significativa é a constatação de que os processos de aprendizagem social e formação de apego operam de maneira consistente com as previsões teóricas, mesmo em panoramas culturais específicos como o brasileiro.

A integração entre conhecimento psicológico e modelos de policiamento de proximidade proeminentemente preventivo representa uma contribuição metodológica importante, demonstrando que a aplicação de insights teóricos pode informar e aprimorar interferências práticas de maneira mensurável e eficaz.

Implicações Práticas

As implicações práticas desta pesquisa estendem-se a múltiplas dimensões da atuação profissional no enfrentamento da violência doméstica, apresentando diretrizes específicas para diferentes categorias de profissionais e instituições.

Para a Formação Policial:

1.Capacitação em Psicologia do Trauma: otimização de programas de formação que incluem conhecimentos básicos sobre os efeitos psicológicos da violência doméstica e escuta ativa, mecanismos de transmissão intergeracional e dinâmicas de vínculos afetivos violentos.

2.Treinamento em Atendimento Humanizado: Implementação de protocolos de atendimento que considerem a “resiliência patológica” das pessoas expostas a violência e evitem revitimização através de julgamentos ou pressões para tomada de decisões imediatas.

3.Desenvolvimento de Competências de Comunicação: Capacitação em técnicas de comunicação empática e não violenta, essenciais para estabelecer vínculos de confiança com vítimas traumatizadas.

Para Protocolos de Atendimento:

1.Avaliação de Risco Psicológico: Incorporação de instrumentos de avaliação que considerem não apenas fatores de risco imediatos, mas também arquétipos históricos de relacionamento e vulnerabilidades psicológicas.

2.Planejamento de Segurança Personalizado: Incremento de planos de segurança que considerem as características psicológicas específicas de cada vítima e os desafios particulares que ela pode enfrentar para romper com modelos violentos.

3.Acompanhamento de Longo Prazo: Estabelecimento de protocolos de acompanhamento que reconheçam que a interrupção da intermitência da violência é um processo gradual que pode abranger múltiplos episódios de retorno antes da ruptura definitiva.

Para Políticas Públicas Integradas:

1.Articulação Interinstitucional: otimização de mecanismos formais de coordenação entre Polícia Militar, sistema de justiça, serviços de saúde mental e organizações da sociedade civil.

2.Financiamento Sustentável: Estabelecimento de fontes de financiamento estáveis para programas preventivos como a Patrulha Maria da Penha, reconhecendo que os benefícios destes programas justificam o investimento de recursos públicos.

3.Monitoramento e Avaliação: Implementação de sistemas de monitoramento e avaliação que permitam acompanhar a eficácia das mediações e realizar ajustes baseados em evidências.

Para a prática operacional:

Que seja implementado no Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências (SADE) e no Boletim de Ocorrência Unificado (BOU), de campo específico em forma de caixa de seleção (checkbox), a ser preenchido em todos os registros confeccionados, de modo a possibilitar que os militares estaduais indiquem a ocorrência de ofensa verbal ou física praticada contra mulheres, crianças ou adolescentes, bem como o vínculo existente entre o autor e a vítima.

Tal medida tem por finalidade permitir a implementação de um sistema de visitas preventivas nos casos em que não haja formalização de denúncia criminal, garantindo que as vítimas recebam orientação adequada acerca de medidas de prevenção e autoproteção, visando à redução da vitimização e à efetiva tutela de direitos fundamentais.

Recomendações para Futuras Pesquisas

A análise conduzida neste estudo identifica várias lacunas no conhecimento existente que merecem investigação futura:

1.Pesquisas Longitudinais: Incremento de pesquisas longitudinais que acompanhem vítimas de violência doméstica por períodos prolongados para assimilar conceitualmente melhor os fatores que facilitam ou dificultam a ruptura definitiva com modelos violentos.

2.Análise de Custo-Efetividade: Realização de estudos econômicos que quantifiquem os custos e benefícios de programas preventivos como a Patrulha Maria da Penha, fornecendo evidências para justificar investimentos em diligências.

3.Pesquisas Qualitativas: Condução de pesquisas qualitativos aprofundados que explorem as experiências subjetivas das pessoas expostas a violência e sua percepção sobre a eficácia de diferentes tipos de intervenção.

4.Estudos Comparativos: Desenvolvimento de pesquisas que comparem a eficácia de diferentes modelos de intervenção policial, identificando os componentes mais críticos para o sucesso dos programas.

CONCLUSÕES

Este trabalho apresenta uma contribuição significativa para a compreensão da violência doméstica no Brasil, e principalmente na forma de ruptura institucional para compreender, através da integração entre teorias psicológicas estabelecidas e evidências empíricas sobre a eficácia de programas policiais preventivos, que de fato é a principal aptidão da Polícia Militar. A metáfora do “João Bobo” vem à tona como uma ferramenta conceitual valiosa que traz aspectos amiúde incompreendidos da perpetuação de modelos violentos, apresentando uma perspectiva mais compassiva e facilmente compreendida, sem perder a científicidade informada sobre as resistências enfrentadas pelas vítimas para romper com ciclos de violência.

Os dados analisados confirmam a gravidade crescente da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, com aumentos relevantes em todas as modalidades de violência examinadas. Estes números, que provavelmente subestimam a real

magnitude do problema devido à subnotificação crônica, demonstram a urgência de potencializar estratégias de intervenção mais eficazes e baseadas em evidências científicas sólidas.

A validação empírica da aplicabilidade das teorias de Bandura e Bowlby ao panorama brasileiro reforça a importância de abordagens teóricas integradas para assimilar conceitualmente a transferência intergeracional da violência. Os mecanismos de aprendizagem social e formação de apego operam de maneira consistente com as previsões teóricas, criando vulnerabilidades psicológicas que aumentam significativamente o risco de perpetuação de arquétipos violentos.

As evidências sobre a eficácia de programas policiais preventivos, particularmente a Patrulha Maria da Penha, demonstram que abordagens humanizadas e fundamentadas em conhecimento psicológico podem produzir resultados mensuráveis na redução da violência doméstica. A diminuição expressiva das taxas de feminicídios e reincidência observada nos panoramas de implementação destes programas apresenta esperança de que é possível interromper ciclos de violência através de interferências bem planejadas e executadas.

O modelo conceitual integrado proposto neste estudo apresenta um framework prático para articular conhecimento teórico, evidências empíricas e intervenções operacionais de maneira coordenada e eficaz. Este modelo reconhece a complexidade multidimensional da violência doméstica e propõe abordagens que atuam simultaneamente nos níveis individual, relacional, proximidade e societal.

As implicações práticas deste estudo estendem-se a múltiplas dimensões da atuação profissional, apresentando diretrizes específicas para formação policial, otimização de protocolos de atendimento e formulação de políticas públicas integradas. Particularmente importante é o reconhecimento de que a interrupção da intermitência da violência é um processo gradual que demanda acompanhamento de longo prazo e compreensão compassiva dos desafios psicológicos enfrentados pelas vítimas.

Em última análise, este trabalho demonstra que a integração entre conhecimento psicológico e práticas policiais preventivas apresenta um caminho promissor para o enfrentamento da violência doméstica no Brasil. A metáfora do “João Bobo”, longe de ser uma curiosidade conceitual, revela-se uma ferramenta poderosa para assimilar conceitualmente e intervir em um dos problemas sociais mais persistentes e devastadores de nossa sociedade.

O desafio que se apresenta é traduzir este conhecimento em ações concretas que possam efetivamente proteger crianças e mulheres em situação de violência, rompendo os ciclos intergeracionais que perpetuam o sofrimento e criando condições

para que futuras gerações possam crescer em ambientes seguros e saudáveis. Este é, sem dúvida, um dos investimentos mais importantes que uma sociedade pode fazer em seu próprio futuro.

REFERÊNCIAS

- AINSWORTH, M. D. S. et al. *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Strange Situation*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978.
- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/QxzKjGVBqTNzKjGVBqTNz/>
- BANDURA, A. *Social Learning Theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977.
- BANDURA, A. *Social learning theory of aggression*. *Journal of Communication*, v. 28, n. 3, p. 12-29, 1978.
- BANDURA, A. *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.
- BANDURA, A. Mechanisms of moral disengagement. In: REICH, W. (Ed.). *Origins of Terrorism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 161-191.
- BANDURA, A. Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review*, v. 3, n. 3, p. 193-209, 1999.
- BANDURA, A. *Moral Disengagement: How People Do Harm and Live with Themselves*. New York: Worth Publishers, 2016.
- BANDURA, A.; ROSS, D.; ROSS, S. A. Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 63, n. 3, p. 575-582, 1961.
- BECK, A. T. *Cognitive Therapy and the Emotional Disorders*. New York: International Universities Press, 1976.
- BOWLBY, J. *Attachment and Loss: Vol. 1. Attachment*. New York: Basic Books, 1969.
- BOWLBY, J. *A Secure Base: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development*. New York: Basic Books, 1988.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. *81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa*. Brasília: MDH, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>

BRASIL. Senado Federal. DataSenado. *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Senado Federal, 2013.

BREMNER, J. D. et al. MRI and PET study of deficits in hippocampal structure and function in women with childhood sexual abuse and posttraumatic stress disorder. *American Journal of Psychiatry*, v. 160, n. 5, p. 924-932, 2003.

BRONFENBRENNER, U. *The Ecology of Human Development*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

CAMPBELL, J. C. Health consequences of intimate partner violence. *The Lancet*, v. 359, n. 9314, p. 1331-1336, 2002.

CARNES, P. *The Betrayal Bond: Breaking Free of Exploitative Relationships*. Deerfield Beach: Health Communications, 1997.

CASSIDY, J.; BERLIN, L. J. The insecure/ambivalent pattern of attachment. *Child Development*, v. 65, n. 4, p. 971-991, 1994.

CLARK, D. A.; BECK, A. T. *Cognitive Therapy of Anxiety Disorders*. New York: Guilford Press, 2010.

CLOITRE, M. et al. Treatment of complex PTSD: Results of the ISTSS expert clinician survey on best practices. *Journal of Traumatic Stress*, v. 24, n. 6, p. 615-627, 2011.

CRESWELL, J. W. *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 4th ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

DODGE, K. A. et al. Social information-processing patterns partially mediate the effect of early physical abuse on later conduct problems. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 104, n. 4, p. 632-643, 1995.

DUTTON, D. G. *The Abusive Personality: Violence and Control in Intimate Relationships*. New York: Guilford Press, 1998.

DUTTON, D. G.; PAINTER, S. L. Traumatic bonding: The development of emotional attachments in battered women. *Victimology*, v. 6, n. 1-4, p. 139-155, 1981.

EHRENSAFT, M. K. et al. Intergenerational transmission of partner violence: A 20-year prospective study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 71, n. 4, p. 741-753, 2003.

FINKELHOR, D. et al. Violence, abuse, and crime exposure in a national sample of children and youth. *Pediatrics*, v. 124, n. 5, p. 1411-1423, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-09-o-aumento-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-em-2022.pdf>

GEORGE, C.; SOLOMON, J. Representational models of relationships: Links between caregiving and attachment. *Infant Mental Health Journal*, v. 17, n. 3, p. 198-216, 1996.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSTEIN, H. *Problem-Oriented Policing*. New York: McGraw-Hill, 1990.

HAZAN, C.; SHAVER, P. Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 52, n. 3, p. 511-524, 1987.

HERMAN, J. L. *Trauma and Recovery*. New York: Basic Books, 1992.

HUESMANN, L. R. An information processing model for the development of aggression. *Aggressive Behavior*, v. 14, n. 1, p. 13-24, 1988.

JACOBSON, N.; GOTTMAN, J. *When Men Batter Women*. New York: Simon & Schuster, 1998.

KAUFMAN, J.; ZIGLER, E. Do abused children become abusive parents? *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 57, n. 2, p. 186-192, 1987.

LEVANDOWSKI, M. L. et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 1, e00140020, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/w9xDc35gk53mDz9MrX4nFfr/>

LYONS-RUTH, K.; JACOBVITZ, D. Attachment disorganization: Genetic factors, parenting contexts, and developmental transformation. In: CASSIDY, J.; SHAVER, P. R. (Eds.). *Handbook of Attachment*. 2nd ed. New York: Guilford Press, 2008. p. 666-697.

MAIN, M.; SOLOMON, J. Discovery of an insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In: BRAZELTON, T. B.; YOGMAN, M. W. (Eds.). *Affective Development in Infancy*. Norwood: Ablex, 1986. p. 95-124.

MAIN, M.; SOLOMON, J. Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In: GREENBERG, M. T. et al. (Eds.). *Attachment in the Preschool Years*. Chicago: University of Chicago Press, 1990. p. 121-160.

MARONE, A. S. D.; SAAR, H. L.; RIZZO, P. S. A eficácia da Patrulha Maria da Penha realizada pela Polícia Militar do Estado do Espírito Santo no município de Cariacica no ano de 2019. *Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV*, v. 2, n. 4, p. 17-20, 2021. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/ASPPFF/article/download/97/92>

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 1, n. 2, p. 91-102, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mQqmmSTBf77s6Jcx8Wntkgg/>

MUNIZ, J.; PROENÇA JR., D. Muitos diagnósticos, nenhuma solução: uma análise crítica do debate sobre a violência urbana. In: SOARES, L. E. (Org.). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 115-162.

OLIVEIRA, Carlos Antônio Ferreira de; FALEIRO, Thiago Ribeiro; SOARES, Juliano Lima. AS INOVAÇÕES (ALTERAÇÕES) NA LEI MARIA DA PENHA: O ATENDIMENTO POLICIAL MILITAR NOS CASOS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA. 16º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: <https://congesp.rn.gov.br/anais/v-16/politicas-publicas-e-desenvolvimento-sustentavel/as-inovacoes-alteracoes-na-lei-maria-da-penha-o-atendimento-policial-militar-nos-casos-de-violencia-domestica.pdf>.

OLIVER, J. E. Intergenerational transmission of child abuse: Rates, research, and clinical implications. *American Journal of Psychiatry*, v. 150, n. 9, p. 1315-1324, 1993.

PATTERSON, G. R.; DISHION, T. J.; BANK, L. Family interaction: A process model of deviancy training. *Aggressive Behavior*, v. 10, n. 3, p. 253-267, 1984.

PEROVANO, Dalton Gean. *Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social*. Curitiba: Juruá, 2014.

PORGES, S. W. The polyvagal theory: Phylogenetic substrates of a social nervous system. *International Journal of Psychophysiology*, v. 42, n. 2, p. 123-146, 2001.

PUTNAM, F. W. Ten-year research update review: Child sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 42, n. 3, p. 269-278, 2003.

RAZERA, J.; CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Polícia Militar. *Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar supera marca de 264 mil atendimentos a mulheres em situação de violência*. Rio de Janeiro: SEPM, 2024.

ROSA, A. G.; FALCKE, D. Violência conjugal: compreendendo o fenômeno/crime. *Revista de Ciências Humanas*, v. 48, n. 1, p. 89-108, 2014.

RUTTER, M. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, v. 147, p. 598-611, 1985.

SELIGMAN, M. E. P. *Helplessness: On Depression, Development, and Death*. San Francisco: W. H. Freeman, 1975.

SHERMAN, L. W.; BERK, R. A. The specific deterrent effects of arrest for domestic assault. *American Sociological Review*, v. 49, n. 2, p. 261-272, 1984.

SILVA, L. M. P. et al. Fatores associados ao retorno da mulher vítima de violência doméstica ao relacionamento abusivo. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 4, p. 1073-1081, 2019.

SILVA, N. C. B. et al. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. *Temas em Psicologia*, v. 16, n. 2, p. 215-229, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751432006.pdf>

SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan, 1953.

SOUZA, Luiz Fernando Ribeiro de. Policiamento de proximidade: um novo conceito com foco na prevenção e na redução dos índices criminais. *REVISTAFT Ciências Sociais*, v. 28, ed. 133, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/policiamento-de-proximidade-um-novo-conceito-com-foco-na-prevencao-e-na-reducao-dos-indices-criminais/>.

TEICHER, M. H. et al. The neurobiological consequences of early stress and childhood maltreatment. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, v. 27, n. 1-2, p. 33-44, 2003.

TONDOWSKI, C. S. et al. Arquétipos intergeracionais de violência familiar associada ao abuso de bebidas alcoólicas: um estudo baseado em genogramas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 27, n. 4, p. 806-814, 2014.

TORDORO, Marcos Antonio. *Falsas Contradições. Uso da força policial e Direitos Humanos*. Curitiba: AVM, 2019. 1^a ed.

TORDORO, Marcos Antonio. *Policimento de Proximidade. Menos medo e mais qualidade de vida*. 1^a ed., 2022.

VAN DER KOLK, B. A. *The Body Keeps the Score: Brain, Mind, and Body in the Healing of Trauma*. New York: Viking, 2014.

VASCONCELLOS, M. J. E. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus, 2002.

WALKER, L. E. *The Battered Woman*. New York: Harper & Row, 1979.

WALKER, L. E. The cycle of violence. In: WALKER, L. E. *The Battered Woman Syndrome*. New York: Springer, 1984. p. 95-149.

WIDOM, C. S. The cycle of violence. *Science*, v. 244, n. 4901, p. 160-166, 1989.

WIDOM, C. S. Does violence beget violence? A critical examination of the literature. *Psychological Bulletin*, v. 106, n. 1, p. 3-28, 1989.

WORKING MODEL OF THE CHILD INTERVIEW. In: ZEANAH, C. H.; BENOIT, D. Clinical applications of a parent perception interview. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, v. 4, n. 3, p. 539-554, 1995.

XAVIER, M. B. Uma abordagem do policiamento proximidade no enfrentamento da violência contra a mulher. *Revista Univap*, v. 26, n. 50, p. 112-128, 2020. Disponível em: <http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/2294>

YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. *Schema Therapy: A Practitioner's Guide*. New York: Guilford Press, 2003.

ZEANAH, C. H. et al. Disorganized attachment associated with